

DA IMPOSSIBILIDADE DE “IMPLODIR” O NORDESTE: A VISIBILIDADE É UMA ARMADILHA, MAS A DIZIBILIDADE NÃO

Valdinar da Silva Oliveira Filho¹

RESUMO

A invenção do Nordeste e outras artes, de autoria de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN) é uma produção acadêmica (Tese de Doutorado pela UNICAMP-1994), que “implore” por sua “implosão”. No entanto, “implodir” o Nordeste é uma tarefa impossível porque o lugar social e institucional que envolve autor e texto em questão, quando muito incita e excita a irradiação, a circulação de dúvidas, questionamentos e suspeições em termos teórico-metodológicos, nada a mais nada a menos que isso. A maior “prova” do que afirmamos está demonstrada na proliferação de teses, dissertações, monografias e artigos científicos que tem como “ponto de partida” a invenção do Nordeste e do nordestino pautados e entrelaçados pelos conceitos e categorias de região, identidade e gênero. O objetivo deste artigo é apenas constatar o óbvio e apresentar uma “surpresa”, a saber: (o óbvio) – a impossibilidade de “implodir” o Nordeste se caracteriza pela impossibilidade da invenção do Nordeste ser pensado fora do discurso acadêmico, apenas isso; (da “surpresa): que a possibilidade de implosão do Nordeste ser possível a partir do discurso acadêmico, mas com outra “base” teórico-metodológica.

PALAVRAS-CHAVE

Invenção do Nordeste; Implosão; Foucault; Deleuze; Lacan;

ABSTRACT

The invention of the Northeast and other arts, by Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN) is an academic production (Doctoral Thesis by UNICAMP-1994), which “implores” for its “implosion”. However, “imploding” the Northeast is an impossible task because the social and institutional place that involves the author and text in question, when much incites and excites the irradiation, the circulation of doubts, questions and suspicions in theoretical-methodological terms, nothing to nothing else unless that. The greatest “proof” of what we affirm is demonstrated in the proliferation of theses, dissertations, monographs, and scientific articles that have as a starting point the invention of the Northeast and the Northeastern, patterned and interwoven by the concepts and categories of region, identity and gender. The objective of this article is to note the obvious and present a “surprise”, namely: (the obvious) - the impossibility of “imploding” the Northeast is characterized by the impossibility of the invention of the Northeast be thought outside the academic discourse, only that; (“surprise”): that the possibility of the implosion of the Northeast is possible from the academic discourse, but with another theoretical-methodological “base”.

KEYWORDS

Palavras-chave: Invention of the Northeast; Implosion; Foucault; Deleuze; Lacan;

1 Professor Doutor Adjunto II – Dedicção exclusiva da Universidade Estadual do Piauí – UESPI – campus Poeta Torquato Neto – Teresina, Piauí. O autor foi aluno e orientando do Professor Doutor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, durante graduação em História na UFPB, campus II, Campina Grande, Paraíba – atual UFCG;

RESUMEN

La invención del Nordeste y otras artes, de autoría de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN) es una producción académica (Tesis de Doctorado por la UNICAMP-1994), que “implore” por su “implosión”. Sin embargo, “implosión” el Nordeste es una tarea imposible porque el lugar social e institucional que implica el autor y el texto en cuestión, cuando muy incita y excita la irradiación, la circulación de dudas, cuestionamientos y sospechas en términos teórico-metodológicos, nada a más nada menos que eso. La mayor “prueba” de lo que afirmamos está demostrada en la proliferación de tesis, disertaciones, monografías y artículos científicos que tienen como “punto de partida” la invención del Nordeste y del nordestino pautados y entrelazados por los conceptos y categorías de región, identidad y género. El objetivo de este artículo es sólo constatar lo obvio y presentar una “sorpresa”, a saber: (lo obvio) - la imposibilidad de “implosión” el Nordeste se caracteriza por la imposibilidad de la invención del Nordeste ser pensado fuera del discurso académico, sólo eso; (de la “sorpresa”): que la posibilidad de implosión del Nordeste sea posible a partir del discurso académico, pero con otra” base “teórico-metodológica.

PALABRAS CLAVE

Invención del Nordeste; Implosión; Foucault; Deleuze; Lacan;

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário, um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. (...) A visibilidade é uma armadilha.

O que afirmo agora afirmo em tom hipotético: A “Invenção do Nordeste e outras artes”, de autoria de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, privilegia o “tempo” em detrimento do movimento, e, sua “base” teórico-metodológica está mais voltada para o pensamento deleuziano do que para o pensamento foucaultiano. No entanto, o autor da “tese” que utilizo para “pautar” a ideia/proposta que temos que é, entre outras “coisas”, pôr em “xeque” o discurso histórico como “matriz” dos demais saberes, é a de que a obra/pesquisa “A invenção do Nordeste e outras” reproduz, repete, recorre e estabelece a sua existência a partir de duas “epistemes”: a “Clássica” e a “Moderna”. Ou seja,

“A invenção do Nordeste e outras artes” se “alimenta” da “representação” e da “empíria” como garantias do “espaço da imagem do pensamento” na busca do “espaço da imagem do pensamento sem margem”.

O “problema” é que o que encontramos ao longo da narrativa da invenção do Nordeste é a presença apenas (o que não diminui o mérito e brilhantíssimo intelectual do autor), a do espaço da imagem do pensamento que privilegia apenas as “representações” pautadas nos diversos discursos que construíram o Nordeste e ao mesmo deram uma “empíria”. Ou seja, apesar da utilização de termos, conceitos, categorias garantidoras de “sentidos” imagético-discursivos, a obra não ultrapassa os limites teórico-metodológico acima destacados por nós.

Por exemplo, apesar de intitular os capítulos de: **Geografia em Ruínas; Espaços da Saudade e Territórios da revolta**; - o “espaço da imagem do pensamento sem margem” que deveria privilegiar a “diferença”, supomos nós, que a vontade do autor de ultrapassar as condições de possibilidades (epistemes da época Clássica e da época Moderna), não se realiza, apesar apenas de situar “elementos” que indicam a “superação” em favor da “diferença”, o que permanece é justamente o favorecimento de uma repetição e de recorrências aos espaços da “representação” do pensamento e não da “diferença” que caracteriza o espaço do pensamento sem margem.

O Nordeste, é, portanto, filho da modernidade, mas é filho reacionário, maquinaria imagético-discursiva gestada para conter o processo de des-territorialização por que passavam os grupos sociais desta área, provocada pela subordinação a outra área do país que se modernizava rapidamente: o Sul; (...). Portanto, este livro, longe de afirmar a existência de uma identidade regional, de uma região, desde sempre, mostra as suas condições de possibilidades².

O Nordeste é uma “peça” na engrenagem do que o autor nomeou de “engenho anti-moderno”. Como uma “peça” de representação/empíria garantida pela formação discursiva nacional/regional. O “problema” (primeiro), é que o texto todo mostra o “espaço da imagem do pensamento” que é justamente o “espaço da representação”. Em outras palavras, o espaço da representação é o espaço de relação entre ideias, um sistema conceitual que, a partir dos “mecanismos de sujeição” tornam-se efeito de “sentido” dos processos de subjetivação. O que não corroboramos, pois não pressupomos que os mecanismos de sujeição garantem os processos de subjetivação.

2 ALBQUERQUE JÚNIOR: 2001;306.

Há dois “regimes de signos” em que as “linhas de fuga” estão entre a ordem do discurso e a ordem do sensível. Algo que, supomos nós, não é demonstrado na invenção do Nordeste, apenas anunciado...

E quando afirmamos, mesmo em tom hipotético, a condição de possibilidade da invenção do Nordeste “aprisionada” pelas condições de possibilidades das epistemes da Época Clássica (Representação) e da Época Moderna (Empíria), é porque o autor entende e aceita que a “materialidade” (matéria de que é feito o discurso), é uma materialidade em forma de linguagem (no plural), que produz efeito de “sentido”.

Num primeiro momento, a obra “A invenção do Nordeste e outras artes” é apresentada como uma condição de possibilidade a “serviço” dos mecanismos de sujeição “pautados” pela Episteme Clássica da Representação, da relação entre ideias, das “funções” de um “sistema” conceitual que, originalmente, Michel Foucault nos apresentou como uma “episteme” que foi atravessada por uma “descontinuidade/ruptura” emergida e garantida através da Episteme Moderna, da “empíria”. Em outras palavras, o que caracteriza as duas “epistemes” ou “mutações epistemológicas” foucaultianas é justamente a “descontinuidade” histórica da forma de pensar entre essas duas épocas.

No entanto, os “mecanismos de sujeição” ora situados na Época Clássica são “promotores” dos “processos de subjetivação” pertencentes aos pensamentos da Época Moderna. O que se constata na “invenção do Nordeste” é um “apelo” à Época Clássica e a ideia de “mecanismos de sujeição” garantidores da emergência do Nordeste, mas ao mesmo tempo, está presente os elementos dos processos de subjetivação “conectados” aos mecanismos de sujeição. Mesmo com a “vontade” do autor de “implodir” o Nordeste, ele (re) afirma a impossibilidade de tal “implosão” justamente por ocupar o mesmo lugar que garante a existência e relação direta entre os mecanismos de sujeição e os processos de subjetivação em relação ao Nordeste e aos nordestinos dentro e fora da região. Ou seja, uma “claustrofobia foucaultiana/durvalina” da impossibilidade de implodir o Nordeste.

O Nordeste, na verdade, está em toda parte desta região, do país, e em lugar nenhum, porque ele é uma cristalização de estereótipos que são subjetivados como característicos do ser nordestino e do Nordeste. Estereótipos que são operativos, positivos, que instituem uma verdade que se impõe de tal forma, que oblitera a multiplicidade das imagens e das falas regionais, em nome de um

feixe limitado de imagens e falas-clichês, que são repetidas *ad nauseam*, seja pelos meios de comunicação, pelas artes, seja pelos próprios habitantes de outras áreas do país e da própria região³.

O autor da invenção do Nordeste não deseja implodir o mesmo, pois seria a “implosão” do próprio autor do Nordeste: “Filho de um amor que nasceu migrante, de uma pau (pai)-de-arara por uma paulistinha que, por serem fervorosos católicos, tiveram seus caminhos cruzados, numa missa (...)”. A missão do “autor/Durval” existe e sobrevive justamente pela impossibilidade de implosão do Nordeste. Não o Nordeste “físico”, mas o Nordeste imagético-discursivo fruto e filho, uma “peça”, na engrenagem do engenho anti-moderno.

Mesmo, ele Durval, sabendo que a “morte do autor”, segundo Bachelard, se efetiva através dos leitores da invenção do Nordeste, ainda assim ele sobrevive através das novas edições da invenção do Nordeste. Inclusive, a invenção do Nordeste está mais para uma história dos espaços do que para uma história da História.

Outra “coisa”, dizer que se tudo é Nordeste, logo, ele não existe, pois, está em toda parte é uma “ideia” que busca justamente não garantir lugar nenhum ao “Nordeste”, pois pleitear a existência dessa “região” é pleitear também uma “verdade” regional. E, isso o autor não quer, mas a proposta de “implosão” nos parece muito bem sedimentada na claustrofobia dos discursos, no aprisionamento da “maquinaria discursiva” que se transformou o Nordeste, num primeiro momento por Gilberto freire e seus “pares”, e, num segundo momento pelo próprio autor, mesmo que ele não tenha a intenção de “re-inventar” tradições que se tornaram maquinarias de captura do novo, do diferente, elas, estas “maquinarias” de captura do novo, do diferente nos aprisionam justamente por sermos uma “peça” da engrenagem do engenho anti-moderno da invenção do Nordeste.

Esse sistema de relações, essa história conceitual como o próprio autor afirma, nos atravessam e são constitutivas de nós; nós a reproduzimos. Não existindo, portanto, o externo e o interno. Ou seja, não haveria “linhas de fuga” entre os mecanismos de sujeição e os processos de subjetivação. Pelo menos na invenção do Nordeste nós não encontramos às linhas de fuga....

Michel Foucault nunca se interessou ou se perguntou sobre o que é o conhecimento? O que é conhecer? Foucault nunca se preocupou em saber se

3 idem

os discursos científicos são verdadeiros ou não e ainda se eles têm relação com uma objetividade ou não; se é preciso considerá-los como coerentes ou somente cômodos, se eles são a expressão de uma realidade terrível. Isso tudo não era uma questão de Foucault.

Michel Foucault se preocupou em fazer uma história das problematizações. Ou seja, a história da maneira pela qual as coisas produzem problemas? E, supomos nós, que às “coisas” às quais Michel Foucault se referia em “As palavras e as coisas”, sejam exatamente as práticas humanas. A Análise do Discurso surge como um instrumento para pensar essa “crise” da politização dos saberes e dentro desse “clima” de crise, a análise do discurso surge como um instrumento de leitura dos sentidos.

“Às coisas” são as identidades em nossa sociedade. Daí Foucault ter morrido com essa pergunta: quem somos nós hoje?

Como os saberes produzem isso que nós somos?

Os saberes estão ligados ao poder. Então, como às relações de poder interferem nisso que nós somos?

Os processos de subjetivação garantiriam justamente o que nós somos hoje. E, diagnosticar o presente para podermos sermos diferentes do que nós somos a partir do que os saberes dizem, e os poderes mandam e a disciplina que adquirimos no presente promotora dos estereótipos, supomos insistentemente, que da forma como a “engrenagem” está montada entre mecanismos de sujeição e processos de subjetivação, não será nenhuma “estética da existência” (ao menos coletiva não), que garantirá a “implosão” do Nordeste, do Nacional e do Internacional, pois ambos estamos todos nós nas “grades discursivas” que, cada vez mais, impossibilita “fugir” aos discursos.

A Organização das Nações Unidas (ONU – no final dos setenta do século XX), já foi “alvo” de Michel Foucault quando se dedicou a “debater” e mudar a realidade dos Direitos Humanos Internacionais etc. Tzvetan Todorov “morreu” dizendo: somos todos nós potenciais estrangeiros no mundo em que vivemos.

E se “escapa” das teias discursivas? O Nordeste está “preso” num texto, num livro, nos discursos históricos (múltiplos), mas não a uma geografia do pensamento. A história da invenção do Nordeste só tem servido e servirá aos “postos oficializados” em nossas universidades definindo quem é e quem não é

O HISTORIADOR (A). Não se “implode” o Nordeste de dentro da universidade, para não correr o risco de ser implodido junto. O Nordeste, a região, o país, o Nacional não deveria nem ser mais temas da história. As recorrências a esses temas só têm servido ao serviço de alguns...

Eu mesmo estou colaborando para que a repetição não permita a diferença ao abordar a invenção do Nordeste e sua relação com as universidades, os docentes, os discentes, a sala de aula, o Brasil seus textos e contextos. Fazer o quê? Buscar uma “sombra” para mim, pois no Sol “queimado” eu já estou!

Interessante é que essa busca pela “autoria” me reserva a “morte” como autor, mas ainda assim do lugar social e institucional que “falo” sou exigido a contribuir para o meu “desaparecimento” ordinário em nome da figura do autor, do intelectual acadêmico, daquele que apresenta um “gesto” científico à espera do reconhecimento seus “pares”. Triste realidade que nos transforma numa peça de engrenagem intelectual que em muito, pelo menos a grande maioria, promove não só a vaidade intelectual como também a vaidade humana. Quem somos nós hoje? Somos “filhos” da ordem do discurso na esperança de sermos “adotados” pela ordem do sensível.....

Diz o autor da invenção do Nordeste: “(...) tentou ser uma interpretação que abra novas possibilidades de interpretação, de significação⁴”. Ora, esse “novo infinito” que se tornou a invenção do Nordeste corre o sério “risco” de se tornar “retórica”, pois se as interpretações não se completam, logo, não há nada a interpretar.

Estou “batendo” forte na invenção do Nordeste na busca de acertar o “queixo” das narrativas que construíram as grades discursivas, as teias dos discursos na esperança que, ao acertar o “queixo”, o cérebro balance e liberte-se dessa “prisão” dos discursos, dos sistemas conceituais, dessa história conceitual mesma “alimentada” pela presença de metáforas. Talvez aqui sim, esteja a parte que nos interessa na invenção do Nordeste: as metáforas do pensamento. Uma geografia da imagem do espaço do pensamento sem margem, que é diferente da história do espaço da imagem do pensamento que se “pauta” e é “pautado” pela representação.

Se me perguntarem qual é o meu objeto de estudo, meu tema de trabalho eu diria: a geografia do pensamento da sensação e não a história dos discursos ou a história de um sistema conceitual. Inclusive, diferentemente do

4 Idem;313

discurso histórico, meu objeto de estudo está mais “pautado”, preocupado com o “movimento” dos espaços do pensamento em detrimento ao tempo do discurso histórico que não privilegia o movimento, e sim, “tempos” teleológicos, escatológicos e simétricos. A geografia do espaço da imagem do pensamento sem margem está mais preocupada com a “assimetria” das práticas espaciais, das estruturas espaciais e geografias espaciais do que qualquer tipo de compromisso com os saberes verticalizados.

A invenção do Nordeste é o que poderíamos chamar de uma “História-Árvore”. A geografia do espaço da imagem do pensamento sem margem a que nos propomos a investigar é uma “História-Rizoma”, um “ritornelo” pois para nós a invenção do Nordeste é um trecho “solista”, uma “parte” de um “concerto” chamado de engenho anti-moderno, mas que depende da modernidade para existir. Contrariamente ao que o autor diz quando afirma que a invenção do Nordeste emerge na modernidade forma **reacionária** e que mesmo assim não pretende com o seu texto a emergência da **pós-modernidade** como garantia de (palavras do autor) **não se trata, neste texto, de superar a modernidade em nome de uma pós-modernidade, mas de levar às últimas consequências a própria modernidade, concedendo à história o lugar central que ocupa em nossa episteme.**⁵

Se o autor reserva um lugar “especial” para a história, nossa ideia é oposta. Queremos, pois, nivelar a História (enquanto disciplina, saber científico e/ou artístico aos demais saberes), assim como às histórias (enquanto historicidade de todo o sublunar, a história como modo de ser de tudo que nos é dado à experiência, como o incontornável de nosso pensamento), como se a história revolvesse retorcer-se, para trás, para os lados, deslocando-se de lugar, volvendo e movendo-se “graças” às condições de historicidades (temporais e espaciais – recortes que privilegiam o tempo em detrimento do movimento), como se os outros saberes não fizessem parte dos “galhos” desta mesma “História-Árvore”, em que a História como disciplina e as histórias dos historiadores (as) enquanto objetos de pesquisa e texto historiográfico, fossem de um único (a) autor (a), a saber: historiadores e historiadoras.

O discurso histórico está “condenado” e “confinado” a ser mais uma “receita” dentre o receituário dos saberes dos quais nos servimos e “alimentamos” os aprendizes da ciência. Inclusive, contribuindo para os aprendizes cientistas não esqueçam de adorar seus ídolos...

5 Idem;314

Derrubar ídolos isso sim é o meu ofício. E o professor, assim como o pesquisador, são uma espécie de ídolos em extinção. Eu não construo novos ídolos. Os velhos é que aprendam o que é ter pés de barro.

É bem possível que eu possa me subjetivar a partir de alguma coisa. Os “mecanismos” de sujeição para existir depende de um centro de significância, mas o processo de subjetivação não depende de um centro de significância.

Se na história do Brasil já teve os “donos do poder⁶”, não podemos aceitar a permanência e sobrevivência dos “donos do saber”. Não contribuiremos para a irradiação e expansão do “autornato⁷” brasileiro, essa classe de autores, de “patrões” intelectuais, proprietário de textos, contextos, discursos e postos oficializados dentro das universidades brasileiras.

Paremos um pouco para pelo pensar sobre o “assunto”. Nem mesmo os aprendizes dos saberes acadêmicos dos ‘grandes centros de excelência’ têm produzido algo que não seja uma “reverência” aos seus mestres, aos seus ídolos. É mais grave ainda! As universidades brasileiras têm promovido recebedores de diplomas e não novos cientistas. Para que têm servido as teses, dissertações e monografias acadêmicas produzidas em larga escala sem que nenhuma atinja, atravesse, sirva a sala de aula?

É incrível como nossas salas de aula estão cheias de professores e professoras que são autores e autoras de múltiplas teses, mas que continuam a ser entregues folhas de papéis em branco com o nome “diploma” e a assinatura de mais um no meio da multidão da ciência, e “inconscientes”!!!! Já foi o dia que cada aula era uma descoberta...

Vamos partir do pressuposto (e adianto logo, duvidoso!), de que há dois regimes de signos que são regimes mistos, o tempo todo misturados. Entre os dois regimes de signos (por uma questão didática, mas também de “insegurança” teórico-metodológica, pois ainda não estou convencido dos mesmos), vamos nomear esses dois regimes de signos de a) mecanismo de sujeição; e, b) processo de subjetivação; - ambos emprestam uma “ponta” de tal sistema, de tal regime, uma ponta de tal outro regime. Uma questão no momento é: será que podemos “enganchar” um esquema ao outro?

6 FAORO, Raymundo. Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro (2001)

7 Mesmo sentido definido por Raymundo Faoro em relação ao “patronato político brasileiro”, mas só que em relação a figura do intelectual brasileiro que transforma suas obras em condições de existência, sobrevivência e “exploração” intelectual garantidora e formadora de uma classe de adoradores de ídolos, que são os aprendizes de historiadores e historiadoras no Brasil.

No regime de signo 1 (mecanismo de sujeição), que é um sistema irradiante e circular que permitirá uma junção ao regime de signo 2 (processo de subjetivação), faz com que nos coloquemos uma outra questão: a que remetem esses dois esquemas, esses dois regimes de signos?

Hipoteticamente remetem a uma “linha de fuga”. Essa é a resposta a ser confirmada ou não através do aprofundamento teórico-metodológico que queremos desenvolver nesta pesquisa.

Diferentemente do que Foucault⁸ pensava de que o “centro de significância” (mecanismo de sujeição) condicionava o processo de subjetivação a partir dos signos, das práticas discursivas e práticas não-discursivas, ambas, pautadas por relações de poder preocupados extremamente em disciplinar a subjetividade em torno dos “usos dos prazeres” (especificamente a sexualidade, as práticas dos indivíduos de ambos os gêneros em relação a maneira de como seus “corpos” devem ser utilizados, vivenciados, experienciados e disciplinados pelos micro-organismos de sujeições presentes em nossa sociedade contemporânea), pressupomos que existem dois “grandes” centros de significância que não estão “pré-determinados” um no outro e vice-versa. Ou seja, os dois regimes de signos é uma multiplicidade. Embora dizendo “centro de significância”, embora havendo uma instância de unificação, é uma instância que joga no interior de uma multiplicidade.

Evidentemente que não se pode determinar um elemento que seria mais importante que os outros, pois eles estão todos sobre o mesmo plano. Tentando explicar melhor, seria o seguinte (esquemáticamente): dois regimes de signos – a) mecanismo de sujeição (centro de irradiação, mas uma multiplicidade); b) processo de subjetivação (um outro centro de irradiação que não está condicionado pelo “primeiro” regime de signo/mecanismo de sujeição, mas pode se ligar ao mesmo. No entanto, também é uma multiplicidade). Há então, uma multiplicidade de significância, mas uma **multiplicidade passional**.

Vamos nomear o que chamamos a pouco de “mesmo plano” de uma geografia do pensamento, da imagem do espaço do pensamento sem margem. Uma estrutura espacial, às práticas espaciais.

8 O tempo todo eu estou me permitindo pensar sobre. Ou seja, pensar o pensamento “foucaultiano”, mas não só dele, sem tantas “interferências” dos “comentadores”, assim como também, pensar sobre a invenção do Nordeste sem “ingerências. Partindo e me alimentando dos pressupostos de um esforço de pensamento e reflexão prática, de que é possível deixar a “zona de conforto” e de “adoração” dos ídolos, assim como, apresentar uma narrativa para “combater” os “donos do saber” em nossas universidades.

Vamos nos esforçar para sair do “mundo de Sofia”⁹ e tentar não ficar na “Caverna” de Platão.

A invenção do Nordeste não se deu pelo discurso da representação de **grades discursivas** do que é a Nação e do que é a Região. Ou seja, a história da invenção do Nordeste não é fruto da **Formação Discursiva Nacional/Regional** pesquisada, escrita, transformada em tese de doutoramento, apresentada por Durval Muniz de Albuquerque Júnior e academicamente tornada “centro de irradiação” do discurso histórico em nossa sociedade.

A história da invenção do Nordeste apresentada por Durval Muniz de Albuquerque Júnior é uma história que privilegia o tempo em detrimento do movimento. Em outras palavras, a ideia de historicidade no discurso da História “apostam” em histórias em que os “objetos” dos discursos históricos possam e se permitem pensar as descontinuidades e/ou rupturas históricas para sinalizarem a existência de algo “novo”, emergente e, portanto, histórico.

A resistência que podemos exercer é dentro desta própria rede de poder, não fora dela, com seu desabamento completo. O que podemos provocar são deslocamentos do poder que nos impõem um determinado lugar, que reserva para nós um certo espaço, que foi estabelecido historicamente, portanto, em movimento¹⁰.

Vamos lá! O “problema” que encontramos e que não nos deixa em dúvida, é que a invenção do Nordeste tem duas “bases” (teórico-metodológica) que não se “rompem”, a saber: a) montada em cima de mecanismos do poder, das relações de poder, e, b) em processos de subjetivação, em subjetividades discursivas. E o “pior”, são condições históricas “claustrofóbicas”. Porque?

Primeiro porque não haverá “desabamento completo” desse “sistema” de poder e de saber do qual o autor nos fala. Porque? O próprio autor

9 Sofia era uma menina de quase quinze anos que morava com sua mãe pois o trabalho de seu pai o deixava ausente boa parte do tempo. Em um dia belo, quando voltava da escola, encontrou com dois pequenos envelopes brancos, não simultaneamente. Cada um deles continha uma indagação e elas levaram Sofia a refletir sobre a vida e a origem do mundo. Também recebeu um cartão-postal que deveria ser entregue a uma pessoa que ela nem conhecia e a qual o nome era Hilde. Sofia foi pensar e refletir sobre os envelopes em um esconderijo no jardim de sua casa. Para ela, ele representava um mundo à parte, um paraíso particular, como o jardim do Éden mencionado na Bíblia. A CARTOLA - O conteúdo do envelope amarelo que Sofia recebe diz que as pessoas têm preferências por diversos tipos de assuntos: umas gostam de esporte, outras curtem observar os astros. Porém existem questões que deveriam interessar a todos como, por exemplo, saber quem somos e de onde viemos. Essas e muitas outras têm sido pensadas e discutidas há muito tempo e as explanações para elas variam de acordo com o contexto histórico. Hoje em dia também devemos procurar nossas respostas e é importante conhecermos o que foi dito em outras épocas para que possamos formar uma opinião própria.

10 ALBUQUERQUE JÚNIOR, 21

responde quando nos diz que nossas únicas possibilidades de “fuga dessa prisão” do discurso, dessa formação discursiva nacional/regional, é provocar deslocamentos. E, “deslocamentos” dentro do “sistema”, da estrutura poder/saber. Mas é mais grave ainda o que o autor nos diz sobre essa “prisão”.

Se o sistema poder/saber e/ou saber-poder só nos possibilita “deslocamentos”, pois já nos é imposto um lugar determinado pelos mesmos, que reserva para nós um certo espaço, a única possibilidade de “movimento”, de deslocamento é, justamente, no discurso histórico garantido pelo discurso historiográfico localizado institucionalmente a partir dos centros de significância nomeados e conhecidos como universidades brasileiras. Daí da impossibilidade do “desabamento completo” e apenas “deslocamentos” possíveis, pois, não nos enganemos com o “mundo” acadêmico que, para além dos elementos de científicas, nele também está presente as “fogueiras” de vaidades humanas que, quando muito, conseguem até “aumentar a sua produção científica através da formação de adoradores de ídolos.

O único “movimento” (deslocamento) possível é acadêmico e, nesse sentido, a historicidade do objeto de estudo perde seu “movimento”, sua historicidade em relação a possibilidade de descontinuidade/rupturas das produções discursivas acadêmicas, científicas e, portanto, reservadas e garantidas pelos postos oficializados e em constantes combates dentro das universidades. Os exemplos seriam ‘infinitos’, não é bom nem os apresentar...

A produção acadêmica que envolve todos os saberes dentro de uma universidade, apesar de uma série de tentativas e operacionalizações de outros processos de subjetivações para além dos “muros” universitários são um “fracasso”. Porque?

Porque “mascaram” a realidade social que querem transformar no além “muros” universitários. As “bases” teórico-metodológicas propostas e levadas à sociedade, ao senso comum, a população base da “pirâmide”, além de fortalecer os postos oficializados dentro das universidades ainda se promovem fora delas. É mais grave ainda!

Dentro das salas de aulas de nossas universidades a invenção do Nordeste está atravessada, além da presença do próprio autor, da preferência intelectual não só do autor/professor como também dos “pares” que buscam fortalecer suas narrativas teórico-metodológicas que estão em constantes embates, debates e combates acadêmicos, inclusive, disputando “vagas” diante da

ausência dos interesses das agências de fomento da ciência em nosso país. É mais grave ainda!

Nossas universidades estão sofrendo de suas faculdades! Os alunos e alunas além de se servirem apenas de “impressões” (xérox) de livros, ainda sofrem com as “impressões” de que os livros, os textos e os autores/professores nenhum têm “razão” porque todos se apresentam tendo “razão”. Se já “difícil” explicar (aos alunos e alunas de graduação em História), que o Nordeste é uma invenção histórica recente e que para entender essa história você tem que ler, entender e aceitar Foucault?! Entre outros. É mais grave ainda!

Os mecanismos de sujeição e os processos de subjetivação da invenção do Nordeste, obviamente, que não se encontram única e exclusivamente dentro das universidades brasileiras. No entanto, a proposta de “desabamento completo” desse sistema claustrofóbico “sujeição/subjetivação” propõe como “ponto de partida” a produção acadêmica como condição de possibilidade não só primeira como última. Não importa se uma tese de doutoramento, se anos e anos de pesquisa se transformam numa peça de teatro ou que se transforme em discursos artísticos múltiplos se o sistema “sujeição/subjetivação” permanece o mesmo, a saber: a universidade.

Está mais fácil a “explosão” das universidades brasileiras do que a “implosão” do Nordeste, pois os “espaços” que nos fale o autor da invenção do Nordeste, mesmo sendo espaços reticulares, tramas, retramas, redes, desredes de imagens e falas tecidas nas relações sociais, não podemos esquecer que também mesmo que **dis cursus é, originalmente, a ação de correr para todo lado, são idas e vindas, démarches e intrigas** o “inventor” do Nordeste não pode esquecer que os “inventores” do Nordeste e da Nação se “movimentam” e promovem deslocamentos dentro da academia. Inclusive, podendo realizar “deslocamentos” para fora dos muros acadêmicos indo ocupar outro lugar, outro espaço institucionalizado dos discursos seja ao dos governos ou à espera de ocupar o governo.

“Ad nauseam”: o insuportável dos saberes são os seus conhecimentos.

Nós temos uma hipótese “geral” de trabalho que temo apresentá-la pelo “absurdo” que ela talvez seja, mas estamos dispostos e a postos para correr os “riscos” necessários de alguém que não aguenta mais o “peso” dos saberes pelo menos enquanto formadores de “tribos” de adoradores de ídolos.

Nossa hipótese é a seguinte: suspeitamos que Michel Foucault quando se dedicou a pesquisar, estudar e pensar sobre os processos de subjetivação no Ocidente, lembrando que este momento do pensamento de Foucault é posterior aos seus estudos sobre os mecanismos de sujeição estudados por ele, promove o surgimento de um novo conceito de “verdade” pautado por um “sujeito constituinte” ressuscitando a “verdade” através de uma estética da existência garantida pelos “deslocamentos” dos discursos, das formações discursivas, das grades e teias discursivas que poderiam emergir, aparecer e produzir novas condições de possibilidades fazendo nós pensarmos diferente de que como pensamos.

Dentro dessa perspectiva “geral” da hipótese acima levantada, nosso ponto de chegada é a invenção do Nordeste e outras artes. Porque?

Porque nos parece óbvio e até ululante que o texto a invenção do Nordeste assim como a vontade do autor dessa obra, de forma recorrente e insistente nos garante a possibilidade da existência de “sujeitos constituintes” a partir do que sugere como “implosão” do Nordeste, a “implosão” do engenho anti-moderno. Ou seja, mesmo que não se “escapa” a representação do Nordeste e do nordestino garantidas historicamente como demonstrou o autor, novas representações dos mesmos são possíveis através de “novos” processos de subjetivação. O “problema” que encontramos é que os processos de subjetivação que não se “separa” dos mecanismos de sujeição, parece indicar um novo conceito de “verdade” para a “verdade” que implodir. Ficamos pensando quantas “implosões” são necessárias para a promoção de uma estética da existência atravessada pelos mecanismos de sujeição e processo de subjetivação?

Ora, os discursos apresentam um “infinito” e esse “infinito” não se completa nunca então, nunca haverá uma estética da existência fora das relações de poder e dos espaços de saber. Se estivermos corretos no que vimos supondo até aqui, o discurso histórico está com os seus dias “contados” porque deixará de ser “matriz” dos saberes e descer da “árvore” para se tornar “grama” igual aos demais saberes. É “humanidade” sentimos em decepcioná-la, mas você não está à altura e nem abaixo dos demais saberes. Suas “verdades” não conduzem e nem promovem a hierarquia entre os saberes seja dentro das universidades seja fora dos muros das mesmas.

Então, quais são nossos **objetivos específicos**? **FLAGRAR** momentos em que o que está em “jogo” não são os discursos e sim os espaços. Não são os discursos que garantem os espaços e sim o contrário. Não é que os espa-

ços sejam “pré-determinados” discursivamente. O que queremos dizer é que são os espaços que produzem “sentidos”, que motivam novas imagens discursivas ou não. O próprio autor da invenção do Nordeste reconhece isso quando disse recentemente que, na década de noventa do século XX, quando escreveu a invenção do Nordeste, a própria imagem do Nordeste já estava defasada. Desde dos anos setenta que se tinha já questionamentos sobre a imagem do Nordeste.

Não é que o Nordeste tenha surgido do nada, apesar de que o termo “nada” já é o preenchimento do espaço do pensamento sem margem que garante a diferença e não a representação. O que promove a “representação” é o espaço da imagem do pensamento. Inclusive, o autor é apenas um produto do debate que o antecedeu, pois se levarmos em consideração, por exemplo, o censo da década de setenta a população do Nordeste deixa de ser majoritariamente rural passando a ser urbana. Ou seja, mais de 60% da população do Nordeste nos anos setenta passa a viver em cidades, sem contar os espaços de industrialização que estavam ocorrendo ao mesmo tempo.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos fala da **Geografia em ruínas; dos Espaços da saudade e dos Territórios da revolta** não para garantir o espaço do pensamento sem margem que está voltado para a diferença, e sim, nos fala da **Geografia, do Espaço e do Território** como o espaço da imagem do pensamento. Ou seja, do espaço da representação e não do espaço da diferença como pode parecer ser aos “desavisados”.

O olhar regionalista, o novo regionalismo, a literatura regionalista, Norte versus Sul, os enredos da tradição, a invenção do Nordeste, páginas do Nordeste, pinceladas de Nordeste, a música do Nordeste, as cenas do Nordeste, a inversão do Nordeste, os argumentos da indignação, os quadros de miséria e dor, as imagens que cortam e perfuram e os novos planos do olhar estão com os seus dias “contados” desde a sua invenção. A invenção do Nordeste e outras artes, esse engenho anti-moderno de “anti-moderno” não tem nada. Ao contrário, o Nordeste é filho da modernidade. Ainda se fosse “filho” do vizinho, não escaparia a vontade da modernidade.

A história dos sistemas conceituais garantidores da invenção do Nordeste, apesar de serem recortados estrategicamente pelo autor como temporal e espacial, na verdade, o recorte mais apropriado é um recorte espaço-temporal. Porque?

Não corroboro com a possibilidade de um “sujeito constituinte”,

mas acredito que os processos de subjetivação condicionados pelos mecanismos de sujeição inventam um novo conceito de “verdade”, eu suspeito sim. Porque?

A relação essencial entre os mecanismos de sujeição e os processos de subjetivação é, num primeiro momento e em relação ao autor da invenção do Nordeste de extrema importância porque coloca-se para ele a possibilidade da certeza de um “sujeito constituinte” entre as grades do discurso, pois lhe permitiria ultrapassar a dualidade entre as formações discursivas e das formações não-discursivas que estão presentes na invenção do Nordeste, que lhe permitiu não só ultrapassar a “dualidade” como explicar os dois tipos os dois tipos de formações se distribuíam ou se articulavam segmento por segmento (sem que um fosse reduzido ao outro, sem que fossem levados a se assemelharem etc.). Não se tratava de suprimir a distinção, mas de encontrar uma razão de suas relações.

Mais essencial ainda, supomos nós, que os mecanismos de sujeição, os dispositivos de poder não procediam por repressão e nem por ideologia. Havia, portanto, ruptura com uma alternativa que era mais ou menos aceita por todo mundo. Em vez de repressão ou ideologia, a invenção do Nordeste, reforçava a filiação teórica pretendida e apresentada pelo o autor, em que o mecanismo de sujeição formava um conceito de normalização e de disciplinas.

No entanto e apesar de que os mecanismos de sujeição serem irreduzíveis ao aparelho do Estado, esses dispositivos de poder eram distintos, mas não contraditórios. Porém, de acordo com uma direção, eles consistiam numa multiplicidade difusa, heterogênea, a dos microdispositivos. De acordo com a outra direção, eles remetiam a um diagrama, a uma espécie de máquina abstrata imanente a todo o campo social (o panoptismo, por exemplo, definido pela função geral de ver sem ser visto, aplicável a uma multiplicidade qualquer). Eram como duas direções de microanálise, igualmente importantes, pois a segunda mostrava que Durval Muniz não se contentava com uma “disseminação”.

Nem repressão, nem ideologia “pautavam” as práticas discursivas e as práticas não-discursivas sobre a invenção do Nordeste (concordo com Durval que nem enunciados nem enunciações nada tem a ver com ideologia). Porém, e para dizê-lo em poucas palavras, os dispositivos de poder não se contentam em ser normalizantes, mas tendem a ser constituintes (da sexualidade). Daí a tese principal da invenção do Nordeste e outras artes ser **uma identidade regional e uma identidade sexual que se cruzavam e inventaram o Nordeste e o nordestino**. Lembrando que os mecanismos de sujeição não se contentam em

formar saberes, mas são constitutivos da verdade (verdade do poder). Já não mais se referem a “categorias”, apesar de tudo negativas (por exemplo, loucura, delinquência como objeto de confinamento), mas a uma categoria dita positiva (sexualidade).

O “problema” que insistimos em ver diz respeito a elementos aparentemente “pontuais”, mas que na verdade, são a “base” do discurso, do sentido que Durval Muniz busca demonstrar ser o “eixo” geral e essencial da invenção do Nordeste, a saber: **obviamente que os mecanismos de sujeição são irreduzíveis ao aparelho do Estado, mas nossas dúvidas são e estão localizadas nos micro-organismos de poder, de sujeição e de condicionamentos da subjetivação dos indivíduos em nossa sociedade. De uma forma geral, o Estado tem dentro dele “microrganismos de poder”**. Ou seja, há microdispositivos imanentes ao aparelho de Estado, assim como há segmentos de aparelho de Estado que penetram também os microdispositivos. Não há dualismo extrínseco, mas imanência completa das duas dimensões. Seria então preciso compreender que a diferença é de escala?

Acreditamos que Michel Foucault e Durval Muniz diria e diz, respectivamente, que não. Mas o texto a invenção do Nordeste parece remeter o macro ao modelo estratégico e o micro ao modelo tático.

Todo discurso precisa medir e demarcar um espaço de onde enuncia. Antes de inventar o regionalismo, as regiões são produto deste discurso. Este trabalho tematiza, pois, o estabelecimento de uma nova forma de dizer e ver o regional, que abre caminho para novas formas de sentir e de conhecer. Estas novas formas de ver e dizer estão relacionadas, portanto, com outras séries de práticas, desde as econômicas, as sociais, as políticas, até as artísticas, que não estabelecem entre si qualquer determinação, apenas se conectam, se afastam ou se aproximam, formando uma teia de práticas discursivas ou não-discursivas; relações de força e de sentido, que, seguindo Foucault, chamaremos de dispositivo, para ressaltar seu **caráter estratégico** (grifo nosso)¹¹.

Isso incomoda, pois me parece que os microdispositivos, para Durval, têm toda uma dimensão estratégica, sobretudo se, leva-se em conta, que esse diagrama do qual são eles inseparáveis. Uma outra direção seria a das “relações de força”, vistas como aquilo que determina o micro.

Suspeitamos, em todo caso, há diferença de natureza, heterogenei-

11 ALBUQUERQUE JÚNIOR, 24

dade entre micro e macro, o que de modo algum exclui a imanência dos dois. Mas, no limite, minha questão seria a seguinte: essa diferença de natureza permite que se fale ainda em dispositivos de poder? A noção de Estado não é aplicável no nível de uma microanálise, pois, como diz Durval Muniz, a região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Suas fronteiras são móveis e o Estado pode ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação. O Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites político-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais¹². Ou, seguindo Foucault, não se trata de miniaturizar o Estado. Mas seria mais aplicável a noção de poder? Não é também ela a miniaturização de um conceito global?

Pois, seguindo Deleuze e Guatarri, vamos pensar em **agenciamento de desejo**, é por não estar seguro de que os microdispositivos possam ser descritos em termos de poder. Para mim, **agenciamento de desejo** marca que o **desejo** jamais é uma determinação “natural”, nem “espontânea”.

Suspeitamos, por insistir em seguir a orientação de Deleuze Guatarri, que, o **desejo** (enão o poder como pensou Foucault e se “alimenta” o Durval Muniz), circula nesse agenciamento de heterogêneos, nessa espécie de «simbiose»: o **desejo** une-se a um agenciamento determinado; há um co-funcionamento. Seguramente, um **agenciamento de desejo** comportará dispositivos de poder, mas será preciso situá-los entre os diferentes componentes do agenciamento. Conforme um primeiro eixo, pode-se descobrir nos **agenciamentos de desejo** os estados de coisas e as enunciações (o que estaria em conformidade com a distinção feita por Michel Foucault dos dois tipos de formações ou de multiplicidades). Conforme um outro eixo, seriam distinguidas as territorialidades ou reterritorializações e os movimentos de desterritorialização que desencadeiam um agenciamento.

Vejamos o que diz Durval Muniz sobre os movimentos de desterritorialização que, para nós são **agenciamentos, mas que para Durval Muniz devem ser, suponho, os microdispositivos possam ser descritos em termos de poder**: O Nordeste, é, portanto, filho da modernidade, mas é filho

12 Idem;26

reacionário, maquinaria imagético-discursiva gestada para conter **o processo de desterritorialização** (grifo nosso) por que passavam os grupos os grupos sociais desta área, provocada pela subordinação a outra área do país que se modernizava rapidamente: o Sul (...) ¹³.

Os dispositivos de poder surgiriam em toda parte em que se operam reterritorializações, mesmo abstratas. Logo, os **dispositivos de poder seriam um componente dos agenciamentos**. Mas os agenciamentos também comportariam pontas de desterritorialização. Em suma, **não seriam os dispositivos de poder que agenciariam ou que seriam constituintes, mas os agenciamentos de desejo é que disseminariam formações de poder segundo uma de suas dimensões**. Isso me permitiriam responder a seguinte questão, necessária para mim, mas não para Michel Foucault ou para Durval Muniz: **como o poder pode ser desejado?**

Para mim o poder é uma afecção do desejo (reafirmando-se que jamais o desejo é uma “realidade natural”). Tudo isso é muito aproximativo: há relações mais complicadas, que não aponto, entre os dois movimentos, de desterritorialização e de reterritorialização. Mas é nesse sentido que o desejo me pareceria ser primeiro, apresentando-se, assim, como elemento de uma microanálise.

No entanto, para Durval Muniz, estes discursos identitários quase sempre confundem as elaborações discursivas, que nos criam como identidades, com “o que realmente somos”, vivendo a procura constante de reconciliar um ser empírico com um ser transcendental. Isto não significa dizer que a nação e a região não tenham existência “real”. Elas possuem uma positividade, elas se materializam em cada atitude, em cada comportamento, em cada discurso que fazemos em nome delas. Elas existem enquanto linguagem e enquanto produto do uso que desta se faz pelo poder ¹⁴.

Os agenciamentos de desejo nada têm a ver com repressão. Mas, evidentemente, em relação aos nossos **dispositivos de poder**, não tenho a mesma firmeza de Durval Muniz; fico indeciso, visto o estatuto ambíguo que eles apresentam para mim.

Na invenção do Nordeste, Durval Muniz diz que eles normalizam e disciplinam, eu diria que eles codificam e reterritorializam (e suponho que haja

13 Idem;306

14 Idem;308

aí algo mais que uma distinção de palavras). **Mas, visto que afirmo o primado do desejo sobre o poder, ou o caráter secundário que tomam para mim os dispositivos de poder, as operações destes guardam um efeito repressivo, pois esmagam não o desejo como dado natural, mas as pontas dos agenciamentos do desejo.**

Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino no Nordeste; de autoria do mesmo autor da invenção do Nordeste, vemos que a escritura desse homem novo procurava substituir os antigos costumes pela lei abstrata, substituir a repartição tradicional de gêneros da sociedade da sanguinidade, pela nova repartição da sociedade da sexualidade que se implantava. A passagem de uma sociabilidade tradicional, dita patriarcal, centrada no parentesco, na família, onde as identidades de gênero era assunto de família, imposição de papéis previamente elaborados, começa a ser substituída por uma sociabilidade centrada no indivíduo, onde a identidade de gênero é cada vez mais uma decisão pessoal, embora agora limitada por códigos sociais cada vez mais rígidos. Os códigos de gênero que antes situavam-se na esfera privada, que estavam sob a responsabilidade da família, eram ao mesmo tempo muito rígidos, admitindo poucos papéis e variações, e muito frouxos, ao permitirem, principalmente por parte dos homens, a realização de uma infinidade de práticas que escapavam à norma¹⁵.

O dispositivo da sexualidade assenta a sexualidade sobre o sexo (sobre a diferença de sexos... etc.; e a psicanálise está inteiramente à vontade na tentativa desse rebatimento). Vejo aí um efeito de repressão, precisamente na fronteira do micro e do macro: a sexualidade – como agenciamento de desejo historicamente variável e determinável, com suas pontas de desterritorialização, de fluxo e de combinações – será assentada sobre uma instância molar, “o sexo”. Mesmo que os procedimentos desse rebatimento não sejam repressivos, o efeito (não ideológico) é repressivo, uma vez que **os agenciamentos são rompidos não só em suas potencialidades, mas em sua microrrealidade**. Desse modo, os agenciamentos só podem existir como fantasmas, que os mudam ou os desviam completamente, ou como coisas vergonhosas... etc. Eis um pequeno problema que muito me interessa: por que certos “perturbados”, ao contrário do enurético e do anorético, por exemplo, são mais passíveis e até mesmo dependentes da vergonha? Tenho, pois, necessidade de certo conceito de repressão

15 ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003;250

sobre uma espontaneidade, mas porque, tendo **os agenciamentos coletivos muitas dimensões, os dispositivos de poder seriam somente uma delas.**

Este artigo faz parte de uma pesquisa ainda em andamento intitulada: NORDESTINO: O “FALO” NÃO É UM PÊNIS - UMA HISTÓRIA DO AGENCIAMENTO DO DESEJO.

Nos seminários 19 e 20 (*Ou pior e Mais ainda e O Aturdido*), entre o Real, os quatro discursos, a Estrutura Clínica e as Formas de Sexuação, Jacques Lacan nos fala sobre a incidência do real nas formas de sexuação. Há duas premissas muito importante em Freud, das quais Lacan vai pôr em “xeque”, a saber: nossa sexualidade está caracterizada por uma espécie de “ponto de convergência”, por uma espécie de “lugar” para onde ela tende e que seria na expressão de Freud, **o falo**; Lacan vai dizer que o “falo” não é um pênis, o “falo” não é uma parte do corpo, o “falo” não é um objeto, o “falo” é um **significante**. O “falo” é como o **dinheiro**. O “dinheiro” tem uma materialidade, mas no fundo ele funciona como um meio para nossas **trocas**. Por exemplo, quando você olha para uma nota de cem reais e se perguntar onde está o valor deste pedaço de papel? Você não vai encontrar, pois você tem que olhar para a relação desse “pedaço de papel” com o mundo e com relação a outros “pedaços de papéis” (real, dólares, iens, francos, euros etc). Nesse sentido e seguido orientações lacanianas, o “falo” seria essa “moeda” de conversão, uma moeda de troca. Só que não para a economia comercial, mas sim para a “economia libidinal”, **a economia do nosso desejo**. Ou seja, nosso desejo estaria orientado para o “falo”, orientado pelo “falo”. E, por isso, **o “falo” é desejo do desejo do outro**, pois o desejo do outro **faliciza** os objetos, as imagens, as coisas fazendo isso por meio de **significantes**.

Em Freud, isso tinha a função de **alinhar o desejo**. Só que Freud também falava que a sexualidade tem também uma outra característica, que ela é desde o início **bissexual**. E o que se passa nos processos envolvendo a castração, o complexo de Édipo, envolvendo a inclusão, envolvendo o processo de desmame, as perdas fundamentais eram os **recalques** de uma dessas posições, de uma ou de outras posições. Ou seja, a bissexualidade invoca que somos universalmente indeterminados do ponto de vista do gênero. Daí a premissa universal do “falo” parece dizer que há uma espécie de gênero “fundamental”, para a Psicanálise seria o homem e deste a gente deduziria a sexualidade feminina. Com a noção de “falo” a conversa mudou um pouco, mas não teria mudado o suficiente.

Por isso, Jacques Lacan, em 1973, ao final do seu ensino, vai postular uma outra maneira de “ler” esse “problema”, que seriam justamente as “formas da sexuação”. As formas de sexuação, de um modo geral, coloca o “homem” opondo-se à “mulher”. Um “primeiro andar” dos homens definido por Lacan, por exemplo, como “pronomes”, “semblantes” etc. O que não quer dizer uma forma binária de sexo nem a existência de dois sexos. Seriam “partículas” de linguagem que depende de como a gente as assume posicionamente na relação entre enunciado e enunciação. Por exemplo, se eu digo “Vou encontrar com você amanhã”, se eu digo isso hoje isto tem um valor, mas se eu digo isso amanhã já tem outro valor. Ou seja, são “lugares” construídos pela linguagem e não relações atômicas, e não relações essenciais de gênero e nem uma partição biológica dos seres. Essa seria uma das primeiras contribuições que foram dadas por Lacan em relação à sexualidade que ele dá a Psicanálise, e, das quais me baseie neste momento.

Enfim, eu não morreria pelas minhas ideias. Talvez morresse pelo direito de tê-las. Dizem e concordo que a ignorância é audaciosa, mas entre a ignorância ser audaciosa e a vontade ousar eu “aposto” mais no agenciamento do desejo em detrimento do dispositivo da sexualidade garantidos pelos mecanismos de sujeição e os processos de subjetivação dos quais Durval Muniz se (des) constrói na invenção do Nordeste e na invenção do “falo”. Assim, eu falo!

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2001;
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “O morto vestido para um ato inaugural”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013;
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste-1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013;
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016;
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Nordestino: uma invenção do falo- Uma história do gênero masculino (Nordeste- 1920-1940). Maceió: Edições Catavento, 2003;
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis, 1998;
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre.(1997) A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar. 5. ed. Petrópolis: Vozes.
- CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. Campinas, SP: Papirus, 1995;

- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Trad. de Guilherme J. de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011
- CHARTIER, Roger. *A História hoje: dúvidas, desafios, propostas*. Estudos Históricos, vol. 7. Nº 13, 1994, pp. 93-117;
- DELEUZE, Gilles. *A Imagem-Tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990;
- _____. *Lógica do sentido*
- _____. *O que é Filosofia*
- _____. *Diferença e Repetição*
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis,RJ: Petrópolis: Vozes, 2009; 37
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979;
- FREUD, Sigmund. (1905). *Três Ensaio sobre a sexualidade*. vol. VII.
- LACAN, J. - “A significação do falo”, in *Écrits*, Paris, 1966.
- LACAN, J. (1953). *O simbólico, o imaginário e o real - conferência*. In: *Cadernos Lacan*, publicação não comercial da Associação Psicanalítica de Porto Alegre.
- LACAN, J. (1987). *Saber, verdade, opinião*. In: J. Lacan, *Seminário 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (M. C. I. Penot, trad., 2ª ed.; pp. 22-40). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1978).
- LACAN, J. (1995). *Seminário 4: A relação de objeto*. (D. D. Estrada, trad.) Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1956-1957).
- LACAN, J. (1996). *Apêndice II: A metáfora do sujeito*. In: J. Lacan, *Escritos*. (I. Oseki- Depré, trad.; pp. 337-342). São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1966).
- LACAN, J. (1998). *O seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1999). *Seminário 5: As formações do inconsciente*. (V. Ribeiro, trad.) Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1998).

Data de recebimento: 24/09/2017

Data de aceite: 30/01/2018